



ESTADO DE SERGIPE  
GOVERNO MUNICIPAL DE AQUIDABÃ

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 03/2020

ATA DE REGISTRO DE PREÇO nº 03/2020

**OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA A FROTA DE VEÍCULOS DA PREFEITURA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE AQUIDABÃ - SERGIPE:**

Aos 11 (Onze) dias do mês de Fevereiro de 2020 (Dois mil e Vinte), A **PREFEITURA DE AQUIDABÃ**, com sede na Av. Paraguai, nº 1473 - Centro de Aquidabã - Sergipe, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.000.609/0001-02, neste ato representada por seu Prefeito o Sr. Francisco Francimário Rodrigues de Lucena, doravante denominado simplesmente **ORGAO GERENCIADOR** e tendo o **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE AQUIDABÃ, ESTADO DE SERGIPE**, Pessoa Jurídica de Direito Público, com endereço à Rua General Ademar Messias, nº 317, CEP: 49790-000, Centro, Aquidabã/SE, C.N.P.J nº 11.546.530/0001-56, aqui representada pelo Sr. Tony Maciel Pereira Santos, brasileiro, casado, Secretário Municipal e **O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE AQUIDABÃ - SERGIPE**, pessoa jurídica de direito público, situado na AV. Ministra Leonor Barreto Franco - Nº 1691 - Centro de Aquidabã - CEP 49.790-000, CNPJ Nº 14.515.279/0001-50, este ato representado por sua Secretária a Srª Nivea Carla Pereira Nascimento, brasileira, maior, residente e domiciliada nesta Cidade como **ORGÃOS PARTICIPANTES** e a empresa **PRIME CONSULTORIA E GESTÃO EMPRESARIAL**, inscrita no CNPJ sob o nº 34.214.051/0001-38, com sede Rua Aguas Claras nº 52, CEP nº 37.100-000, Bairro Trevo do Frances, Marechal Deodoro/AL, neste ato, representada pelo seu sócio Administrador o Sr. Jairo Fonseca Medeiros, brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG 8063688439 SSP/RS, inscrito no CPF/MF sob o nº 826.417.730-15, e daqui por diante, denominada simplesmente **FORNECEDOR REGISTRADO**, resolvem na forma da pela Lei Federal no 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 34/2015 e, subsidiariamente, pela Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações posteriores, firmar a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, cuja minuta foi examinada pela Assessoria Jurídica do Município, que emitiu seu parecer, conforme o parágrafo único do artigo 38 da Lei no 8.666, de 1993, mediante as seguintes condições:

**1. DO OBJETO**

1.1. A presente Ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA A FROTA DE VEÍCULOS DA PREFEITURA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE AQUIDABÃ - SERGIPE**, conforme especificações e exigências estabelecidas no anexo I do Edital do Pregão Presencial SRP nº 03/2020 e Anexo I desta Ata de Registro de Preços.

**2. DA VINCULAÇÃO AO EDITAL**

2.1. Este instrumento guarda inteira conformidade com os termos do Pregão Presencial para Registro de Preços nº 03/2020 e seus Anexos, o qual a parte integrante e complementar, vinculando-se, ainda, à proposta do Fornecedor Registrado.

**3. DA VIGÊNCIA DA ATA**

3.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua

ESTADO DE SERGIPE  
GOVERNO MUNICIPAL DE AQUIDABÃ

assinatura.

#### 4. DO PREÇO

4.1. O percentual de desconto registrado é de 60% (sessenta) por cento para o item 1, 60% (sessenta) por cento para o item 2 e 59% (cinquenta e nove) por cento para o item 3, tendo com valor estimado o total de **RS 600.000,00 (Seiscentos mil reais), conforme Anexo I.**

4.2. A qualquer tempo, o percentual de desconto registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual acréscimo daqueles existentes no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar os Fornecedores registrados para negociar o novo desconto.

4.2.1 Caso o Fornecedor registrado se recuse a aumentar os seus percentuais de desconto, o Órgão Gerenciador poderá liberar o fornecedor do compromisso assumido, uma vez frustrada a negociação e convocar os demais fornecedores visando a igual oportunidade de negociação.

4.3 Durante o período de validade da Ata de Registro de Preços, os percentuais de desconto não serão reajustados para menor, ressalvada a superveniência de normas federais aplicáveis a espécie.

4.4 O diferencial de percentual de desconto entre a proposta inicial do Fornecedor detentor da Ata e a pesquisa de mercado efetuada pelo Órgão Gerenciador a época da abertura da proposta, bem como eventuais descontos por ela concedidos serão sempre mantidos, inclusive se houver prorrogação da validade da Ata de Registro de Preços.

#### 5. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. O Órgão Gerenciador adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

#### 6. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

6.1 O Fornecedor registrado terá o seu registro cancelado quando:

- a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) não aceitar aumentar seus percentuais de descontos registrados na hipótese de se tornarem inferiores aos praticados no mercado;
- c) houver razões de interesse público

6.2. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho do Prefeito de Aquidabã - Sergipe.

6.1. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.

#### 7. DA DIVULGAÇÃO DO EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. A publicação do extrato da Ata de Registro de Preços deverá ser realizada na Imprensa Oficial, em forma prevista no Art. 15 § 2º da Lei nº 8.666/93, até o quinto dia útil do mês subsequente ao de sua assinatura.

#### 8. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR



ESTADO DE PERNAMBUCO  
GOVERNO MUNICIPAL DE AQUIDABÃ

8.1. São obrigações do órgão gerenciador:

- I - gerenciar a Ata de Registro de Preços;
- II - prestar, por meio de seu representante, as informações necessárias, bem como atestar as Notas Fiscais oriundas das obrigações contraídas;
- III - emitir pareceres sobre atos relativos à execução da ata, em especial, quanto ao acompanhamento e fiscalização durante o fornecimento, a exigência de condições estabelecidas no Edital e a proposta de aplicação de sanções;
- IV - assegurar-se do fiel cumprimento das condições estabelecidas na ata, no instrumento convocatório e seus anexos;
- V - assegurar-se de que os percentuais de desconto contratados são os mais vantajosos para a Administração, por meio de estudo comparativo dos percentuais de desconto praticados pelo mercado;
- VI - conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações dos descontos registrados e a aplicação de penalidades por descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços;
- VII - fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pelo Fornecedor Registrado;
- VIII - a fiscalização exercida pelo Órgão Gerenciador não excluirá ou reduzirá a responsabilidade do Fornecedor Registrado pelo completo e perfeito fornecimento.

9. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR REGISTRADO

9.1. São obrigações do fornecedor registrado:

- I - manter, durante a vigência da ata de registro de preço, as condições de habilitação exigidas no Edital e na presente Ata de Registro de Preços;
- II - comunicar ao Gerenciador qualquer problema ocorrido na execução do objeto da Ata de registro de preços;
- III - atender aos chamados do Órgão Gerenciador, visando efetuar reparos em eventuais erros cometidos na execução do objeto da ata de registro de preços;
- IV - abster-se de transferir direitos ou obrigações decorrentes da ata de registro de preços sem a expressa concordância do Órgão Gerenciador.

10. DO FORNECIMENTO DO OBJETO

10.1. As Peças e Acessórios deverão ser entregues em no máximo 02 (Dois) dias úteis após o recebimento da Ordem de Fornecimento juntamente com a Nota de Empenho emitida pela Secretaria solicitante.

11. DAS PENALIDADES

- a) Se a Adjudicatária, dentro do prazo de convocação, não receber a Ordem de Fornecimento, recusar-se a entregar o material objeto licitado, apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, não mantiver a proposta, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Instrumento e demais cominações legais;
- b) Pela inexecução total ou parcial do objeto da licitação, erros de execução, mora na execução do serviço e instalação, a CONTRATADA, as seguintes sanções:
  - 1) advertência por escrito sempre que verificadas pequenas falhas corrigíveis;

ESTADO DE SEGIPE  
GOVERNO MUNICIPAL DE AQUIDABÃ

- II) multa de 0,5% (zero virgula cinco por cento) por dia, pelo atraso injustificado na instalação, sobre o valor da contratação em atraso;
- III) multa compensatória/indenizatória de 5% (cinco por cento) pelo não fornecimento objeto deste Pregão, calculada sobre o valor remanescente do contrato.
- IV) multa de 0,5% (zero virgula cinco por cento) por dia, pelo descumprimento de qualquer cláusula ou obrigação prevista neste Edital e não discriminado nos incisos anteriores, sobre o valor da contratação em descumprimento, contada da comunicação da contratante (via internet, fax, correio ou outro), ate cessar a inadimplência,
- V) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com o Município de Aquidabã, pelo prazo de ate 02 (dois) anos,
- VI) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Publica enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou ate que seja promovida a reabilitação, na forma da Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade
- VII) após o 20º (vigésimo) dia de inadimplência, a Administração terá direito de recusar a execução da contratação, de acordo com sua conveniência e oportunidade, comunicando a adjudicatária a perda de interesse no recebimento da nota fiscal/fatura para pagamento do objeto deste Edital sem prejuizo da aplicação das penalidades previstas neste Instrumento.
- VIII) a inadimplência da Contratada, independentemente do transcurso do prazo estipulado na alínea anterior, em quaisquer dos casos, observado o interesse da Contratante e a conclusão dos procedimentos administrativos pertinentes, poderá implicar a imediata rescisão unilateral deste Contrato, com a aplicação das penalidades cabíveis,
- IX) ocorrida a rescisão pelo motivo retrocitado, a Contratante poderá contratar o remanescente mediante dispensa de licitação, com fulcro no art. 24, XI, da Lei Federal no 8.666/93, observada a ordem de classificação da licitação e as mesmas condições oferecidas pela licitante vencedora, ou adotar outra medida legal para fornecimento ora contratados.
- X) quando aplicadas as multas previstas, mediante regular processo administrativo, poderão elas serem compensadas pelo Departamento Financeiro da Contratante, por ocasião do pagamento dos valores devidos, nos termos dos arts. 368 a 380 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil).
- XI) na impossibilidade de compensação, nos termos da alínea anterior ou, inexistindo pagamento vincendo a ser realizado pela Contratante, ou, ainda, sendo este insuficiente para possibilitar a compensação de valores, a Contratada será notificada a recolher nos cofres do Erário a importância remanescente das multas aplicadas, no prazo Maximo de 10 (dez) dias, contado da data do recebimento, pela Contratada, do comunicado formal da decisão definitiva de aplicação da penalidade, sem prejuizo das demais sanções legais cabíveis.
- XII) As sanções acima descritas poderão ser aplicadas cumulativamente, ou não, de acordo com a gravidade da infração,
- XIII) O valor Maximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 10%(dez por cento) do valor da contratação,
- XIV) Nenhuma parte será responsável perante a outra pelos atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito.
- XV) A multa, aplicada apos regular processo administrativo, devera ser recolhida no prazo Maximo de 10 (dez) dias, ou ainda, quando for o caso, será cobrada judicialmente.
- XVI) As sanções previstas nesta CLAUSULA são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra e nem impede a sobreposição de outras sanções previstas na Lei Federal no 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações.
- XVII) As penalidades serão aplicadas, garantido sempre o exercicio do direito de defesa, mediante notificação endereçada a Contratada, assegurando-lhe o prazo de 5 (cinco) uteis para manifestação



ESTADO DE SERGIPE  
GOVERNO MUNICIPAL DE AQUIDABÃ

posterior decisão da Autoridade Superior, nos termos da lei

**12. DA PUBLICAÇÃO**

12.1. A publicação do extrato da Ata de Registro de Preços deverá de realizada na Imprensa Oficial, na forma prevista no Art. 15 § 2º da Lei nº 8.660/93, até o quinto dia útil do mês subseqüente ao de sua assinatura

**13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**


13.1. Independente de sua transcrição, o edital e seus anexos, principalmente a proposta de preço e os documentos da proposta e da habilitação apresentados pelo Fornecedor Registrado no pregão fará parte desta Ata de Registro de Preços


**14. DO FORO**

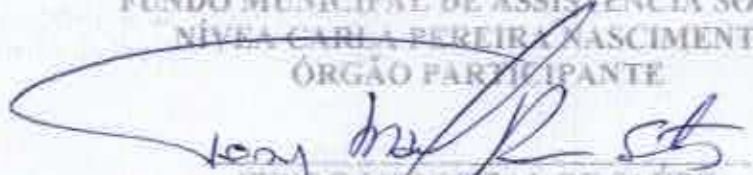
14.1. Para dirimir, na esfera judicial, as questões oriundas da presente Ata de Registro de Preços será competente o foro da Comarca do Município de Aquidabã, estado de Sergipe


E para firmeza e como prova de assim haverem, entre si, ajustado, foi lavrada a presente ata de registro de preços que, lida e achada conforme, e assinada em 3 (três) vias, de igual teor e forma, pelos signatários deste instrumento e pelas testemunhas abaixo nomeadas, tendo sido arquivada um via na Comissão permanente de Licitação deste Município.

Aquidabã/SE, 11 de Fevereiro de 2020.

  
\_\_\_\_\_  
PREFEITURA MUNICIPAL DE AQUIDABÃ  
FRANCISCO FRANCIMÁRIO RODRIGUES DE LUCENA  
ÓRGÃO GERENCIADOR

  
\_\_\_\_\_  
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL  
NIVEA CARLA PEREIRA NASCIMENTO  
ÓRGÃO PARTICIPANTE

  
\_\_\_\_\_  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
TONY MACIEL PEREIRA SANTOS  
ÓRGÃO PARTICIPANTE

  
\_\_\_\_\_  
PRIME CONSULTORIA E GESTÃO EIRELI  
JAIRO FONSECA MEDEIROS  
FORNECEDOR REGISTRADO



ESTADO DE SEGIPE  
GOVERNO MUNICIPAL DE AQUIDABÃ

TESTEMUNHAS:

1- Myllena S. A. Oliveira  
Nome:  
CPF: 015.541.515-89

2- Janete Rodrigues de Moura  
Nome:  
CPF: 041086755-79



ESTADO DE SEGIPE  
 GOVERNO MUNICIPAL DE AQUIDABÃ

ANEXO I - DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº \_\_\_/2020

TABELA DE REGISTRO DE PREÇOS

Este documento é parte integrante da Ata de Registro de Preços nº \_\_\_/2020, celebrada entre a Prefeitura de Aquidabã/SE e a empresa cujos preços estão a seguir registrados, por item, em face da realização do Pregão Presencial SRP nº \_\_\_/2020.

<b>EMPRESA: PRIME CONSULTORIA E GESTÃO EIRELI</b>	
CNPJ: 34.214.051/0001-38	FONE/FAX: (79) 99836-0981
END.: Rua Águas Claras nº 52, CEP nº 57.160-000, Bairro Trevo do Frances, Marochal Deodoro/AL.	E-MAIL: primeconsultoria19@gmail.com
<b>REPRESENTANTE LEGAL: Jairo Fonseca Medeiros</b>	

ITEM	DESCRIÇÃO	UNB	QUANTIDADE					VL. TOTAL
			OBRAS	EDUC	FMS	FMAS	BESCON.	
1	AQUISIÇÃO DE PEÇAS, ESTIMATIVA DE GASTOS ANUAL SEM DESCONTO (VEÍCULOS TIPO S LUVES)	UNB	0	0	210.000,00	20 (200,00)	60%	R\$ 230.000,00
2	AQUISIÇÃO DE PEÇAS, ESTIMATIVA DE GASTOS ANUAL SEM DESCONTO (VEÍCULOS TIPOX PERALDEB)	UNB	20.000,00	200.000,00	0	0	60%	R\$ 270.000,00
3	AQUISIÇÃO DE PEÇAS, ESTIMATIVA DE GASTOS ANUAL SEM DESCONTO (MÁQUINAS)	UNB	100.000,00	0	0	0	50%	R\$ 100.000,00
<b>TOTAL</b>								<b>R\$ 600.000,00</b>

Aquidabã/SE, 11 de Fevereiro de 2020.

  
 PREFEITURA MUNICIPAL DE AQUIDABÃ  
 FRANCISCO RANCI MÁRIO RODRIGUES DE LUCENA  
 ÓRGÃO GERENCIADOR

  
 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
 NÍVEA CARLA PEREIRA NASCIMENTO  
 ÓRGÃO PARTICIPANTE

ESTADO DE SEGIPE  
GOVERNO MUNICIPAL DE AQUIDABÃ

  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
TONY MACIEL PEREIRA SANTOS  
ÓRGÃO PARTICIPANTE

  
PRIME CONSULTORIA E GESTÃO EIRELI  
JAIRO FONSECA MEDEIROS  
FORNECEDOR REGISTRADO

TESTEMUNHAS

1- myllena S. A. Oliveira

Nome

CPF: 015.541.515-89

2- Amile Rodrigues de Moura

Nome

CPF: 041086755-79